

Brasil: Os impasses da formação

Plinio de Arruda Sampaio Jr.¹

1. O dilema da formação

As interpretações sobre a formação do Brasil contemporâneo procuram explicar as contradições que bloqueiam a plena constituição de nossa Nação na civilização ocidental. Trata-se de identificar de que maneira a herança colonial e a posição subalterna no sistema capitalista mundial comprometem a capacidade dos brasileiros de governarem o seu destino. O problema consubstancia-se na necessidade de assegurar a continuidade de processos históricos responsáveis pela consolidação das bases materiais, sociais, espaciais, políticas e culturais do Estado nacional.

O pensamento sobre a formação é organizado pela contraposição de dois estados latentes na sociedade dependente: a condição de barbárie que se deseja evitar e o projeto civilizatório que se pretende alcançar. O desafio das sociedades que lutam pela construção nacional materializa-se na necessidade de superar o presente sombrio de um povo que não consegue

1. Plinio de Arruda Sampaio Jr. é professor do Instituto de Economia da Unicamp e técnico da Diretoria de Economia do Setor Público da Fundap (Diesp/Fundap). Agradeço os comentários e as sugestões que recebi de Valéria Nader, Fernando A. Sampaio, José Luiz Fiori, José Carlos Braga e Vicente A. Sampaio. Texto escrito em 23/05/99.

ultrapassar a condição de subnação e de aproximar-se de uma situação paradigmática, associada ao funcionamento ideal do Estado nacional. O sentido da formação é definido pela contraposição de elementos opostos, tais como anomia e organização; fragmentação e unificação; marginalização e integração; heteronomia e autonomia; instabilidade e estabilidade; subdesenvolvimento e desenvolvimento. Tendo como referência tais antinomias, as mudanças sociais que apontam para o segundo pólo são associadas à idéia de progresso, contribuindo para consolidação da civilização brasileira; e as que se voltam para o primeiro, são vinculadas à noção de decadência, levando à reversão neocolonial e ao avanço da barbárie.

Rejeitando análises transplantadas dos centros hegemônicos, a preocupação central dos intérpretes do Brasil é encontrar a especificidade de nossos problemas históricos e suas possíveis soluções. A começar por José Bonifácio, passando por Alberto Torres e Oliveira Vianna, até autores modernos, como Gylberto Freire, Sérgio Buarque de Hollanda e Antônio Cândido, os pensadores que se debruçaram sobre os dilemas da formação ressaltaram basicamente os mesmos problemas. As dificuldades para a afirmação da nação decorrem das terríveis contradições de uma formação social marcada pelo genocídio da civilização pré-cabralina; pelo ultra-elitismo de uma sociedade incapaz de

resolver suas pendências com o passado escravista; pelo caráter predatório assumido pela atividade econômica em relação ao meio ambiente; pela extrema vulnerabilidade do país às vicissitudes do capital internacional e ao arbítrio do sistema imperialista; pela inadequação da base produtiva para atender as necessidades do povo; pelos obstáculos encontrados para afirmar o domínio sobre um território continental, composto de regiões mal articuladas e desconexas entre si; pela falta de identidade nacional de um aglomerado humano recente, oriundo de diferentes partes do globo; pela precariedade das instituições administrativas e políticas que compõem o aparelho de Estado; e, finalmente, pelo arraigado colonialismo cultural de nossas elites.

Os que refletiram sobre os desafios da formação a partir de uma perspectiva democrática, de um modo ou de outro, vincularam a construção do Estado nacional à integração do conjunto da população, em condições de relativa igualdade, aos avanços técnicos e aos valores humanistas da era moderna. Acima de suas diferenças teóricas, históricas e ideológicas, um denominador comum unifica esta visão: a idéia de que os problemas do país não serão resolvidos sem transformações socioculturais profundas, que criem as bases de uma sociedade eqüitativa e autoreferida.

Elaborado em contraposição à tradição oligárquica, que defende a construção da nação como um fim em si, o pensamento

democrático vê a estruturação do Estado brasileiro como um meio de submeter o desenvolvimento aos desígnios de uma sociedade irmanada na defesa de um destino comum para seus cidadãos. Antes de condicionar a emergência de nossa nacionalidade ao aparecimento de uma nova raça oriunda da mestiçagem, ao controle de um vasto território rico em recursos naturais e às ilimitadas potencialidades de sua economia, à estruturação de um aparelho de Estado capaz de impor a autoridade da ordem e a descabidos sonhos ufanistas de um hipotético Brasil-potência - concepções chauvinistas que ocultam a natureza hierárquica e autoritária de nossa formação social -, o pensamento democrático entende a afirmação da nacionalidade como a necessária cristalização de uma sociedade homogênea, portadora dos valores humanistas da civilização ocidental, baseada em nexos morais entre as classes sociais e na existência de laços orgânicos entre as diferentes regiões do país.

Nesta abordagem, o espaço nacional não passa de um instrumento para proteger a coletividade dos efeitos destrutivos das transformações que se irradiam desde o centro do sistema capitalista mundial e para planejar a internalização das estruturas e dos dinamismos da civilização ocidental de modo condizente tanto com o aumento progressivo do grau de autonomia e criatividade da sociedade, quanto com a elevação da riqueza e do bem-estar da totalidade do povo. Pensada como um centro de

poder que condensa a vontade política da coletividade, a forma nacional é aqui - única e exclusivamente - um meio das sociedades que vivem sobredeterminadas pelo campo de força do sistema capitalista mundial controlarem o seu tempo histórico. Trata-se, portanto, de um instrumento, historicamente determinado, que deveria ser ultrapassado por formas superiores de organização social e política, de alcance supra-nacional, assim que o contexto histórico mundial o permitisse. Isto é, assim que a ordem mundial deixasse de estar sob o domínio da lógica da concorrência intercapitalista e das rivalidades interestatais do imperialismo.

Dentro da tradição democrática, que abrange um amplo espectro de visões sobre o sentido da formação, parte-se do suposto que, enquanto a contradição gerada pela posição subalterna no sistema capitalista mundial não for inconciliável com a continuidade dos processos responsáveis pela constituição do Estado nacional, a nação emergente cresce e se desenvolve no bojo do capitalismo dependente. No entanto, quando a contradição se converte em um antagonismo irreduzível, o capitalismo dependente se divorcia completamente da sociedade nacional, tornando-se incompatível com a continuidade do processo civilizatório.² Daí em diante, a sociedade passa a viver uma

2. A propósito, não custa lembrar a afirmação de Fernand Braudel, sobre o destino das economias periféricas: "(...) para progredir, (ela) não tem outra alternativa, senão romper, de uma maneira ou de outra, com a ordem vigente

encruzilhada decisiva de seu processo formativo, pois a ruptura com as estruturas externas e internas que sustentam a ordem passa a ser o único meio de evitar a barbárie. A partir deste momento, pode-se concluir que a sociedade ingressa em uma conjuntura revolucionária, que pode levar tanto a um desfecho positivo - a consumação da revolução brasileira e a abertura de um novo horizonte histórico -, como a uma solução negativa - a reação contra-revolucionária e o reforço das tendências que se projetam do passado e sufocam o futuro, abortando a construção da nação.

Neste capítulo, examinaremos as razões que levaram três dos maiores intérpretes do Brasil - Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado - à dramática conclusão de que o processo de construção do Brasil contemporâneo teria chegado a um ponto de ebulição em que a superação da situação de dependência teria se tornado não apenas necessária, mas urgente. Partindo de perspectivas distintas, as análises dos três autores convergem para um diagnóstico comum: entre 1950 e 1980, a contradição entre capitalismo dependente e formação da nação teria se transformado em aberto antagonismo. Ao contrário do que poderia sugerir a acelerada modernização dos padrões de consumo e o aprofundamento da industrialização, o capitalismo dependente teria esgotado todas as suas propriedades construtivas e sua permanência estaria levando o Brasil à barbárie. Por isso, para sobreviver como

projeto nacional, a sociedade brasileira já não disporia de outra alternativa senão romper com as relações econômicas, sociais e culturais responsáveis pela inserção subalterna na economia mundial e pela perpetuação das assimetrias herdadas da sociedade colonial.

Historiador, preocupado em entender os movimentos de longa duração que condicionam a formação do Brasil contemporâneo, Caio Prado defende a tese de que o controle pelo capital internacional sobre o processo de industrialização por substituição de importações - fenômeno que ganha ímpeto no pós-guerra, particularmente com a política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek - gera uma tendência irreversível à reversão neocolonial.

Sociólogo que investigou os dilemas da revolução burguesa no Brasil, Florestan Fernandes mostrou como uma série de circunstâncias externas e internas, que culminaram com o golpe militar de 1964, permitiu que a burguesia brasileira consolidasse seu padrão de dominação e preservasse seu poder de negociação no sistema capitalista mundial, evitando, assim, a reversão neocolonial (ainda que às custas do reforço de seu caráter antisocial, antinacional e antidemocrático). Na década de oitenta, tais circunstâncias dissiparam-se, fazendo reaparecer o espectro da desagregação do Brasil.

Por fim, o economista Celso Furtado, que observa o desenvolvimento pela ótica da acumulação, adverte que a incapacidade de defender a economia brasileira dos efeitos desestruturantes da transnacionalização do capitalismo - sobretudo após a eclosão da crise da dívida externa no início da década de oitenta - passou a comprometer a continuidade da construção nacional, pondo em questão a própria unidade territorial do Brasil. Nas próximas seções, sistematizaremos a linha de argumentação de cada um destes autores e mostraremos a atualidade de suas previsões.

2. A atualidade da revolução brasileira

De acordo com Caio Prado, a formação do Brasil contemporâneo é impulsionada pelas reações inconformistas provocadas pelo profundo mal-estar em relação à pobreza, ao atraso, à instabilidade e à irracionalidade que caracterizam a vida do país. É este processo histórico de longa duração que leva ao aparecimento de uma diferenciação progressiva entre o colonizador português e um novo personagem histórico que é o brasileiro. Surge, assim, o esboço de um povo que luta para controlar o seu destino. "Mas - como o autor advertiu - um tal caráter mais estável, permanente, orgânico, de uma sociedade própria e definida, só se revelará aos poucos, dominado e abafado

que é pelo que o precede, e que continuará mantendo a primazia e ditando os traços essenciais da nossa evolução colonial”.³

Para Caio Prado, o motor da formação do Brasil é a crescente incompatibilidade entre a dominação do sistema imperialista e a progressiva mercantilização da sociedade, incompatibilidade que se manifesta pelos efeitos cada vez mais catastróficos das crises de reversão estrutural que abalam recorrentemente a vida do país. Um dos principais desafios da nação emergente consiste em imprimir um mínimo de estabilidade ao desenvolvimento capitalista. A breve síntese que o autor faz dos ciclos econômicos antes do início da industrialização por substituição de importações ilustra bem a inadequação da economia colonial como sustentáculo de uma sociedade nacional: “Uma conjuntura internacional favorável a um produto qualquer que o país é capaz de fornecer, impulsiona o funcionamento dele, e dá a impressão ilusória de riqueza e prosperidade. Mas basta que aquela conjuntura se desloque, ou se esgotem os recursos naturais para que o fim específico a que se destina a organização assim montada, para que a produção decline e tenda a se aniquilar, tornando impossível a manutenção da vida e das atividades que alimentava. Em cada um dos casos em que se organizou um ramo da produção brasileira (açúcar, ouro e diamante, algodão, café, borracha, cacau e tantos outros de menor expressão), não se teve em vista

3. PRADO JR., C. - Formação ..., 1942, p. 26

outra coisa que a oportunidade especulativa momentânea que se apresentava. Por isso, imediatamente, se mobilizavam os elementos necessários: povoa-se, ou se repovoa uma certa área do território mais conveniente, com dirigentes e trabalhadores da empresa que assim se instala - verdadeira turma de trabalho -, e dessa forma se organiza a produção. Não se irá muito além disso, nem as condições em que se dispôs tal organização o permitem. E continuar-se-á até o esgotamento final ou dos recursos naturais disponíveis, ou da conjuntura econômica favorável. Depois é a estagnação e o declínio das atividades. E o que sobra da população que não puder emigrar em busca de outras aventuras semelhantes passa a vegetar sem ter em que se aplicar a obter meios regulares e adequados de subsistência".⁴

Na visão de Caio Prado, ao estimular o desenvolvimento de forças produtivas voltadas para o atendimento do mercado interno e aumentar a diferenciação entre interesses forâneos e nativos, o desenvolvimento capitalista tende, não obstante, a criar as bases objetivas e subjetivas para a consolidação do Brasil como um espaço econômico que possui "existência autônoma" e "força própria". De um lado, o povoamento, a ocupação territorial e a organização econômica e institucional da sociedade brasileira geram uma crescente diferenciação entre objetivos meramente mercantis do capital na vida econômica do país e as necessidades

4. PRADO JR., C. - Revolução ..., 1966, p. 247

e aspirações de uma vida melhor que galvaniza o imaginário do povo. De outro, o paulatino crescimento demográfico e sua maior integração no mercado consumidor tornam cada dia mais patente a estreiteza da economia colonial como sustentáculo da jovem nação, estimulando a expansão e a diversificação do sistema produtivo voltado para o mercado interno.

Neste movimento secular de transição do Brasil colônia de ontem para o Brasil nação de amanhã - a linha mestra que dá sentido à formação -, Caio Prado postula que a desarticulação da divisão internacional do trabalho inicia um período de "crise final" do sistema colonial brasileiro. Seu argumento é que a drástica contração do comércio internacional, que atinge seu clímax com o colapso da economia mundial em 1929, simplesmente inviabilizava a economia primário-exportadora como base material de uma sociedade em ritmo acelerado de expansão e diversificação do mercado interno. Por esse motivo, a contradição entre a reprodução do sistema imperialista e o movimento de construção da nação tendia a se transformar em antagonismo aberto, de caráter irreduzível.

A crise estrutural do setor externo abria, no entanto, novas perspectivas para a economia brasileira, pois o isolamento da concorrência internacional criava uma conjuntura mercantil que estimulava a industrialização por substituição de importações.

Na interpretação de Caio Prado, até o fim da II Guerra Mundial, a industrialização avança de maneira relativamente espontânea, reforçando a crise da economia colonial e apontando-lhe uma solução positiva. O recurso a tecnologias de uso difundido, que não exigiam grandes imobilizações de capital, permitia que o ritmo e a intensidade de substituição de importações fossem graduados internamente, respeitando as oportunidades mercantis que surgiam do próprio desdobramento da industrialização, assim como do aumento gradual da capacidade de acumulação da base empresarial local. A industrialização contribuía, então, para a generalização das relações assalariadas, para a intensificação da urbanização, para uma maior integração do mercado nacional, para um expressivo desenvolvimento das forças produtivas voltadas para o mercado interno e para o fortalecimento da base empresarial nacional.

O processo de substituição de importações teria mudado radicalmente de significado no pós-guerra, pois, no entendimento de Caio Prado, o controle do capital internacional sobre os setores dinâmicos da indústria comprometeria irremediavelmente o movimento de nacionalização da economia brasileira. Além de desvirtuar o caráter construtivo das relações orgânicas que se formavam entre forças produtivas, base empresarial nativa e mercado interno, a presença dominante dos grandes trustes multinacionais reforçava perigosamente os laços de dependência

externa da economia brasileira. Por esse motivo, mesmo reconhecendo a importância do capital externo na expansão da base produtiva, e sobretudo seu papel decisivo na internalização das indústrias de bens de capital e de consumo durável, Caio Prado conclui que a sociedade brasileira começava a perder controle sobre o sentido, o ritmo e a intensidade do processo de substituição de importações. Ao contrário do que a expansão do parque industrial e a conseqüente contração do coeficiente de importações poderiam sugerir, a economia brasileira ficava sujeita a forças que tenderiam a reconstruir o antigo sistema colonial. No calor da hora, ele resumiu a questão nos seguintes termos: "(...) o que os empreendimentos imperialistas determinam na atual conjuntura brasileira é uma deformação e amesquinamento do que deveria ser o nosso processo de industrialização. E representam assim um reforçamento do sistema colonial que é o principal responsável pelas nossas deficiências, limitando o desenvolvimento aos acanhados horizontes daquele sistema".⁵

A argumentação de Caio Prado a respeito do limitado fôlego do ciclo de industrialização do pós-guerra e sua elevada vulnerabilidade a crises de reversibilidade estrutural desdobra-se levando em consideração basicamente quatro aspectos do problema.

5. PRADO JR., C. - História ..., 1970, p. 330

Em primeiro lugar, a liderança dos grandes trustes internacionais gerava graves distorções no padrão de mercantilização da economia, pois, ao impulsionar a substituição de produtos cada vez mais sofisticados, exigia uma maior concentração de renda, exacerbando o divórcio entre as estruturas produtivas do país e as reais necessidades da população brasileira. Diferentemente do que ocorrera no movimento anterior de internacionalização de capitais, quando o capital internacional se ajusta ao perfil do mercado interno, na fase madura do capitalismo monopolista o mercado interno da economia periférica é que tem de se ajustar aos interesses comerciais do capital estrangeiro.

Para Caio Prado, a segmentação do mercado interno entre ricos e pobres tenderia a comprometer a continuidade do movimento de industrialização por dois motivos. Por um lado, a limitada capacidade de consumo de grandes contingentes da população gerava uma crescente incompatibilidade entre a tendência à progressiva ampliação das escalas mínimas de produção e a impossibilidade de movimento análogo na capacidade de consumo da sociedade. Por outro, a estreiteza do mercado interno, ao intensificar a heterogeneidade entre o mercado brasileiro e o dos países mais desenvolvidos, tenderia a diminuir ainda mais a importância relativa do espaço econômico nacional no contexto mundial.

Em segundo lugar, o controle dos elos estratégicos da indústria brasileira pelo capital internacional impedia a consolidação de uma base empresarial umbilicalmente vinculada ao espaço econômico nacional, gerando uma crescente assimetria entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas e as bases técnicas e financeiras da iniciativa privada nacional. Diferentemente do que ocorrera no século XIX, quando a internacionalização dos mercados internos incentivou o fortalecimento da iniciativa privada das economias receptoras de investimentos diretos, na fase mais adiantada do imperialismo, o caráter predatório do capital monopolista levava à atrofia relativa do capital nacional. Logo, ao invés de fomentar o desenvolvimento de um sistema nacional de inovações, a presença dos grandes trustes bloqueava o acesso dos empresários nativos às novas tecnologias e às melhores fontes de financiamento. Não é por outra razão que Caio Prado não cansou de alertar para o caráter progressivo do processo de desnacionalização que ganhava ímpeto nos anos cinqüenta.

Em terceiro lugar, ao contrário do que uma percepção superficial do ciclo de substituição de importações poderia sugerir, o autor insiste que a presença dos grandes trustes internacionais nos setores estratégicos da indústria não representava uma efetiva e permanente internalização de capacitação tecnológica do país nem, em conseqüência, um aumento

da competitividade dinâmica do parque produtivo. Isto porque, como as filiais deslocadas para o Brasil visavam única e exclusivamente ao controle do mercado interno, elas não tinham nenhum motivo para investir no desenvolvimento tecnológico da economia brasileira.

A incapacidade de suportar a concorrência externa fez com que a continuidade do processo de industrialização ficasse totalmente dependente da preservação dos parâmetros históricos que haviam permitido o insulamento da economia brasileira da concorrência de produtos importados e que haviam impulsionado a internacionalização dos mercados internos. No entanto, como era óbvio que a estabilidade dos parâmetros externos que haviam permitido essa situação não poderia perdurar para sempre, Caio Prado não cansou de alertar que a industrialização brasileira era extremamente vulnerável a crises de reversibilidade estrutural. "Não se ignora o papel singular, sem paralelo no passado, que as rápidas e contínuas transformações da tecnologia representam na indústria moderna. Já não se trata apenas, como ocorria há poucos decênios passados, do problema de aperfeiçoamento da indústria e de sua promoção e ampliação. O progresso tecnológico e a introdução contínua de inovações representa na indústria de nossos dias, em particular naqueles seus setores básicos e decisivos - como a indústria química, a eletrônica e outras semelhantes -, condição essencial e precípua de sua própria

subsistência. O obsoletismo, e obsoletismo que se propõe aqui a cada momento, pode-se dizer, não é no caso apenas inconveniente ou mesmo intolerável. É simplesmente impossível. Transformar-se e progredir continuamente, ou então perecer, é esta a única alternativa que se apresenta".⁶

Por fim, Caio Prado assinala que a entrada maciça de capital estrangeiro para explorar as oportunidades de negócio geradas pela ampliação do mercado interno intensificaria o desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos, uma vez que a internacionalização da economia não apenas implicava maior remessas de lucros e juros ao exterior, como também maior vulnerabilidade das contas externas a movimentos de repatriação de capital, sobretudo quando se leva em consideração a maior mobilidade espacial dos capitais propiciada pela estreita integração do Brasil no mercado financeiro internacional.

O ponto fundamental da argumentação de Caio Prado é que a discrepância entre a riqueza acumulada nas mãos do capital internacional e a capacidade de gerar divisas significava uma forte elevação na dependência financeira e uma mudança de qualidade no grau de incerteza cambial da economia brasileira. Tal mudança acarretava uma inversão na relação de causalidade entre estrangulamento externo e substituição de importações. Porquanto, a partir deste momento, a mera possibilidade de

6. PRADO JR., C. - História ..., 1970, p. 329

escassez de divisas desencadearia movimentos defensivos de fuga de capitais que paralisariam o processo de substituição de importações. "São as nossas relações financeiras com o sistema internacional do capitalismo - e nisso se distingue nossa situação atual da do passado - que comandam o mecanismo das contas externas do país. Não são unicamente as vicissitudes da exportação brasileira, como ocorria anteriormente, que determinam o estado daquelas contas. E sim, sobretudo e decisivamente, os fluxos de capitais controlados do exterior e que sob diversas formas (inversões, financiamentos, empréstimos, amortizações, rendimentos etc.) se fazem num e noutro sentido em função dos interesses da finança internacional. Ou por fatores de ordem política que em última instância também se orientam por aqueles interesses".⁷

Mesmo reconhecendo que o surto de industrialização do pós-guerra implicava expressiva contração do coeficiente de importações, Caio Prado advertia que a industrialização dependente acarretaria a revitalização da posição estratégica do setor exportador. Antes de uma questão quantitativa, relacionada com a participação relativa das exportações no produto nacional, sua análise ressalta a importância vital do setor exportador no processo de valorização do capital das grandes empresas multinacionais, pois, toda vez que houvesse reversão nos fluxos

7. PRADO JR., C. - Revolução ..., 1966, p. 142

de capitais, a expansão das vendas externas constituiria o único meio de transformar em moeda internacional o capital acumulado internamente. A contração do mercado interno e a revitalização das exportações de produtos de baixo conteúdo tecnológico, nos quais o país possui vantagens comparativas absolutas, surgiriam, então, como os únicos meios de viabilizar a transferência de recursos reais ao exterior e sancionar os compromissos com a comunidade internacional.

Contudo, como a divisão internacional do trabalho já não abria espaço suficiente para que um país das dimensões do Brasil pudesse ter um volume de exportações compatível com o pagamento dos compromissos externos e o abastecimento de um mercado interno em expansão, a reconstrução do antigo sistema colonial levava ao paroxismo a oposição entre a necessidade de gerar mega-transferências de recursos ao exterior e a continuidade do processo de formação do Brasil contemporâneo. "Observamos aqui muito bem - afirma Caio Prado - a ligação do imperialismo com o nosso velho sistema colonial fundado na exportação de produtos primários, pois é dessa exportação que provêm os recursos com que o imperialismo conta para realizar os lucros que são a razão de ser de sua existência. Considerada do ponto de vista geral do imperialismo, a economia brasileira se engrena no sistema dele como fornecedor de produtos primários, cuja venda nos mercados internacionais proporciona os lucros dos trustes que dominam

aquele sistema. Todo o funcionamento da economia brasileira, isto é, as atividades econômicas do país e suas perspectivas futuras, se subordina assim, em última instância, ao processo comercial em que os trustes ocupam hoje o centro. Embora numa forma mais complexa, o sistema colonial brasileiro continua em essência o mesmo do passado, isto é, uma organização fundada na produção de matérias-primas e gêneros alimentares demandados nos mercados internacionais. É com essa produção e exportação conseqüente que fundamentalmente se mantém a vida do país, pois é com a receita daí proveniente que se pagam as importações essenciais à nossa subsistência e os dispendiosos serviços dos bem-remunerados trustes imperialistas aqui instalados e com que se pretende contar para a industrialização e desenvolvimento econômico do país".⁸

As distorções no processo de mercantilização provocadas pela modernização dos padrões de consumo, a asfixia da burguesia nativa pelas empresas multinacionais, a falta de competitividade internacional do parque industrial brasileiro e o aumento da incerteza cambial levaram Caio Prado à conclusão de que o compromisso dos grandes trustes internacionais com o processo de industrialização por substituição de importações estava limitado à possibilidade de aproveitar oportunidades de negócios muito definidas. Assim que tais oportunidades se dissipassem, o

8. PRADO JR., C. - História ..., 1970, p. 328

processo de industrialização ficaria sujeito não apenas à estagnação, devido à impossibilidade da capacidade de consumo da sociedade brasileira acompanhar as descontinuidades na escala mínima da matriz tecnológica, mas até mesmo à reversibilidade estrutural, se os trustes internacionais decidissem abastecer o mercado interno recorrendo a importações.

Não é por outro motivo que, muito antes de que todos os processos responsáveis pela crise da industrialização brasileira tivessem se manifestado plenamente, Caio Prado já previa o seu fim inexorável: "Considerando (...) a participação crescente, e já hoje em proporções amplíssimas, desses empreendimentos imperialistas na indústria brasileira de que ocupam os postos-chaves e de significação econômica decisiva, verifica-se que o processo de industrialização se faz entre nós simples expressão da política internacional de vendas de organizações estranhas, que têm seus centros diretivos completamente fora do alcance da economia brasileira e de seus interesses próprios. É ao acaso - acaso para nós - dos impulsos e iniciativas desses centros que se está desenvolvendo e se desenvolverá sempre mais, a persistirem as circunstâncias vigentes, o processo de industrialização do Brasil. Não é difícil avaliar o que isso significa em matéria de deformação daquele processo".⁹

9. PRADO JR., C. - História ..., 1970, p. 324

A avaliação de que a subordinação da industrialização à lógica do capital internacional acarretaria uma reversão neocolonial levou Caio Prado a conjecturar que, a partir do pós-guerra, a contradição entre o sistema imperialista e a formação da nação teria atingido seu ponto crítico, amadurecendo as condições objetivas e subjetivas para a consumação da revolução brasileira. A elevadíssima instabilidade da economia brasileira e sua inadequação para atender às necessidades do conjunto do povo, pouco a pouco, levariam ao paroxismo o sentimento de revolta e insatisfação contra o *status quo*, polarizando a luta de classes entre revolução e contra-revolução. A urgência da revolução brasileira advém de sua percepção de que a inexorável desarticulação da industrialização agravaria de maneira gigantesca o excedente estrutural de mão-de-obra. O qual, pela sua magnitude absoluta e pela sua elevada concentração nos centros urbanos, tenderia a tornar cada vez mais difícil e traumática a sua posterior integração no desenvolvimento capitalista, agravando ainda mais a crise social.

É a perspectiva de uma conjuntura marcada pela extrema instabilidade econômica e pelo progressivo agravamento da crise social que leva Caio Prado a afirmar, em meados dos anos sessenta, que o Brasil vivia uma situação insustentável e necessitava mudanças profundas. "O Brasil se encontra num destes instantes decisivos da evolução das sociedades humanas em que se faz

patente, e sobretudo sensível e suficientemente consciente a todos, o desajustamento de suas instituições básicas. Onde as tensões que se observam, tão vivamente manifestadas em descontentamento e insatisfações generalizadas e profundas; em atritos e conflitos (...), que dilaceram a vida brasileira e sobre ela pesam em permanência e sem perspectivas apreciáveis de solução efetiva e permanente (...). O que leva, não se enxergando, ou não se enxergando ainda, em termos concretos, a mudança dessa ordem, a uma corrida desenfreada para o 'salve-se quem puder', cada qual cuidando unicamente (e por isso erradamente) de seus interesses imediatos e procurando tirar o melhor partido, em proveito próprio e para o momento em curso, das eventuais oportunidades que porventura se apresentam ao alcance da mão".¹⁰

Até o início dos anos oitenta, o elevado dinamismo e a relativa estabilidade da economia brasileira davam a impressão de que as previsões sombrias de Caio Prado teriam sido contrariadas pelos fatos, pois, mesmo sem ter enfrentado o problema da superpopulação excedente marginalizada do mercado de trabalho, liderado pelas empresas multinacionais, o Brasil foi palco de um vigoroso movimento de expansão e diversificação industrial que lhe permitiu internalizar praticamente toda a tecnologia da segunda revolução industrial, gerando a ilusão de

10. PRADO JR., C. - Revolução ..., 1966, p. 3-4

que nossas forças produtivas convergiam aceleradamente com a dos países capitalistas mais avançados.

No entanto, quando tudo parecia indicar que não havia incompatibilidade incontornável entre dependência e desenvolvimento nacional, os processos desestruturantes começaram a vir à tona. Em pouco tempo, a crise da dívida externa, o colapso das finanças públicas, a desarticulação do sistema monetário, a estagnação do crescimento, a submissão incondicional aos ditames da comunidade financeira internacional, o desmantelamento do Estado nacional, a exacerbação dos conflitos federativos, o aumento assustador do desemprego e do subemprego, a progressiva desnacionalização da economia e a elevada vulnerabilidade do parque industrial ao novo padrão de concorrência internacional começaram a evidenciar a pertinência de suas advertências. A total incapacidade do Brasil de reagir de maneira construtiva às profundas transformações provocadas na ordem econômica mundial pelo processo de globalização não deixa margem de dúvida em relação à elevada vulnerabilidade da industrialização brasileira às vicissitudes do capital internacional.

O problema é tanto mais grave porque a crescente desnacionalização da economia e a extrema mobilidade dos capitais potencializam a incompatibilidade entre capital internacional e industrialização brasileira, elevando a desproporção entre

acúmulo interno de lucros pelos grandes grupos multinacionais e capacidade de gerar divisas da economia brasileira, bem como aumentando a vulnerabilidade do parque produtivo nacional a crises de reversibilidade estrutural decorrentes do deslocamento das unidades produtivas para outras regiões. As diferenças entre os dois movimentos de internacionalização do mercado interno são substanciais. Enquanto prevalecesse uma lógica de conquista por ocupação do espaço nacional, como acabou se verificando, as economias dependente capazes de impulsionar a substituição de importações gozariam de uma certa dose de estabilidade, fazendo com que os ciclos industriais tivessem certa durabilidade. No momento atual, as condições são outras, pois prevalece uma lógica de conquista por diluição no mercado global. Nestas condições, parece razoável supor que os ciclos de crescimento serão brevíssimos, que a instabilidade econômica tenderá ao infinito e que as crises de reversão estrutural adquirirão proporções cataclísmicas.

Logo, ainda que o autor não tenha avaliado adequadamente o poder de propagação do padrão tecnológico que estava sendo difundido no pós-guerra e a sobrevida que o endividamento externo daria ao ciclo de industrialização, equívocos que o levaram a subestimar as potencialidades do ciclo de substituição de importações, a essência de sua interpretação - a idéia de que a "associação" com o capital internacional minaria o processo de

formação de um sistema econômico nacional, desencadeando uma tendência à reconstrução do antigo sistema colonial - deve ser resgatada como uma contribuição fundamental para a compreensão do verdadeiro caráter da industrialização brasileira e da natureza da crise atual. Como veremos em seguida, a interpretação de Florestan Fernandes sobre a Revolução Burguesa nos auxiliará a compreender por que, contrariando as previsões catastróficas de Caio Prado, durante um certo período, foi possível conciliar a presença dominante do capital internacional com uma relativa estabilidade econômica e política; e, principalmente, por que esse tempo já passou, repondo na ordem do dia a urgência da revolução brasileira.

3. Da contra-revolução permanente à reversão neocolonial

Na visão de Florestan Fernandes, a formação da sociedade brasileira associa-se à emergência e à evolução do processo de modernização como modo de vida. Impulsionado pelas reações de insatisfação em relação à discrepância entre o modelo ideal da civilização ocidental e a forma real de sua organização e funcionamento no Brasil, o processo de formação consubstancia-se na necessidade de construir as condições econômicas, socioculturais e políticas que permitem à sociedade controlar o

seu destino. A emergência do Brasil como projeto civilizatório passa, por conseguinte, pela afirmação da autonomia do Estado Nacional dentro do sistema capitalista mundial. Economia de origem colonial, a formação da sociedade brasileira é vista como o produto de três ciclos revolucionários interdependentes: a emancipação nacional, que coloca em cena a nação emergente como projeto de Estado nacional; a revolução burguesa, responsável pela expansão e consolidação do capitalismo como modo de produção dominante; e, finalmente, a revolução operária, cuja tarefa histórica consiste na superação das formas burguesas de opressão.

Dentro desta perspectiva, o drama da sociedade brasileira é que a debilidade do processo de diferenciação do regime de classes e seu caráter ultra-elitista acabaram por comprometer a eficácia dos antagonismos de classe como força motriz dos processos revolucionários que impulsionam a formação da civilização brasileira. A origem do problema encontra-se no fato de que a estratificação social lançou raízes em modos de produção pré-capitalistas ou subcapitalistas e sofreu o impacto negativo do desenvolvimento desigual e combinado do sistema capitalista mundial. Florestan Fernandes sintetizou o problema assim: "Não herdamos de um mundo feudal em crise a argamassa para a construção de uma *nova sociedade*. Um ponto de partida tosco expunha burgueses e proletários a uma luta sem quartel, que deita raízes no escravismo colonial e no escravismo moderno, na qual eles se

empenham antes de possuírem identidades próprias, movidos pelas estruturas e pelos dinamismos de um modo de produção que iria crescer e, aos poucos, impor as premissas históricas de sua existência e desenvolvimento (ou seja, o contrato, a sociedade civil, o Estado burguês etc.)".¹¹

Um contexto histórico-estrutural particularmente adverso fez com que as oportunidades de consolidar a nação surgissem sem que aparecessem forças sociais organizadas capazes e dispostas a transformá-las em realidade. A ausência de pressões nacionalistas e democratizantes vindas "de baixo para cima" e a extrema debilidade das pressões reformistas "de cima para baixo" não obrigaram as classes dominantes a ampliar as bases materiais e políticas de seu poder de classe. Tanto a emancipação nacional quanto a revolução burguesa avançaram pela linha de menor resistência, como processos estruturais destituídos de conteúdo econômico, social, político e cultural que pudesse comprometer os fundamentos do capitalismo dependente, reduzindo a descolonização ao mínimo indispensável para atender às exigências básicas de cada situação histórica.

Por uma série de razões ligadas às peculiaridades da formação do proletariado como classe social e ao atraso da industrialização brasileira, a revolução operária, que poderia imprimir novos rumos ao país, concluindo as tarefas que foram

11. FLORESTAN, F. - A Nova ..., 1985, p. 42

deixadas de lado pelos ciclos revolucionários anteriores, custou para emergir dos subterrâneos da história. O proletariado só começou a tomar corpo como realidade social capaz de influenciar o curso dos acontecimentos muito tardiamente, no final da década de setenta, após o salto para a industrialização pesada. E, antes que tivesse condições de se constituir plenamente como classe social, acabou duramente golpeado pelo impacto devastador da globalização sobre o mundo do trabalho.

Dentro da realidade comum às economias capitalistas dependentes, Florestan Fernandes acredita que a formação da sociedade brasileira se destaca como um caso exemplar em que as reações inconformistas contra o subdesenvolvimento teriam adquirido vitalidade suficiente para gerar uma forte tendência à autonomização, porém não a vitalidade necessária para permitir que o processo de integração nacional fosse levado até o fim. Por essa razão, os contrastes entre "atraso" e "moderno" e a oposição entre "forças heteronômicas" e "forças autonômicas" teriam alcançado o paroxismo, pondo em evidência as potencialidades e os limites do capitalismo dependente como sustentáculo do processo civilizatório.

A especificidade do caso brasileiro é atribuída ao modo como se deu a "consolidação conservadora do poder burguês" nas quatro décadas que separaram a crise da República Velha e a afirmação do Estado autocrático burguês, na segunda metade dos anos

sessenta. Neste período, a burguesia brasileira teria passado por uma verdadeira revolução cultural, despojando-se das ideologias e das utopias adquiridas dos modelos clássicos de revolução burguesa e expurgando definitivamente o "ethos burguês" de sua segunda natureza tradicionalista, herdada da era colonial. No momento de definir suas alianças estratégicas, a decisão da burguesia foi realista e pragmática. Adaptando suas aspirações socio-econômicas e suas identificações políticas às necessidades do momento histórico, ela descobriu que, na era do imperialismo total, as condições para realizar a transição para o capitalismo monopolista eram muito adversas para comportar aventuras nacionalistas e democráticas.

Incapaz de assimilar o capitalismo monopolista sem estabelecer uma estreita associação com o capital internacional e com o sistema imperialista, a burguesia jogou todas as suas energias na negociação dos termos da dependência. Sem ter o que oferecer às classes subalternas, as classes dominantes abandonaram quaisquer veleidades reformistas e assumiram, sem hesitação, a defesa do único capital que lhes restou: a capacidade quase ilimitada de ajustar as condições sociais e econômicas às exigências do capital internacional. Em outras palavras, a possibilidade de desvincular a aceleração do desenvolvimento capitalista do processo de integração nacional levou as burguesias brasileiras a optarem por uma aliança estratégica com

o capital internacional e com as nações hegemônicas, em detrimento da formação de mecanismos de solidariedade orgânica com as classes populares. "Os estratos burgueses - escreve Florestan Fernandes - aprenderam a mudar a qualidade de suas percepções e explicações do mundo, procurando ajustar-se a 'avaliações pragmáticas', que representam o subdesenvolvimento como um 'fato natural' autocorrigível e estabelecem como ideal básico o princípio, irradiado dos Estados Unidos, do 'desenvolvimento com segurança'. Dava-se, assim, o último salto na limpeza do sótão. A burguesia brasileira encontrava novos elos de 'modernização', descartando-se de suas quinquilharias históricas libertárias, de origem européia, substituídas por convicções bem mais prosaicas, mas que ajustavam seus papéis à 'unidade do hemisfério', à 'interdependência das nações democráticas' e à 'defesa da civilização ocidental'".¹²

As potencialidades do capitalismo monopolista no Brasil cristalizaram-se no fato de que, apesar da manutenção da dupla articulação que perpetuava os nexos de subordinação externa e a assimetria da sociedade colonial, o país conseguiu completar a revolução industrial e levar a cabo a revolução burguesa. Com a consolidação do regime militar na segunda metade dos anos sessenta, a burguesia adquire o "excedente de poder" necessário para promover os ajustes indispensáveis para internalizar as

12. FLORESTAN, F. - A Revolução burguesa ..., 1976, p. 314-315

estruturas e dinamismos fundamentais do capitalismo monopolista, integrando o Brasil ao espaço econômico, sociocultural e político do capitalismo hegemônico.

O salto para a industrialização pesada significava que, enquanto os parâmetros que condicionavam o movimento de internacionalização dos mercados internos permanecessem inalterados, a reprodução ampliada do capital adquiriria uma dinâmica autoreferida, transformando-se em um eficaz mecanismo de assimilação e difusão das estruturas e dos dinamismos da Segunda Revolução Industrial. "Uma burguesia que não pode desencadear, a partir de si mesma, nem a revolução agrícola, nem a revolução urbano-industrial, nem a revolução nacional, percorre, não obstante, *todas* as etapas desses processos *como se*, na realidade, eles fossem produtos de sua atividade histórica. De um lado, ela ganha recursos para manter e intensificar o fluxo de crescimento do capitalismo dependente, continuamente acelerado e por vezes subvertido 'a partir de fora'. De outro, ela pode aparecer, no panorama interno da 'sociedade nacional', como a suposta protagonista final de todas as transformações".¹³

Ao unificar e centralizar o poder estatal sob a liderança dos grupos modernizadores, a consolidação da revolução burguesa permitiu que a burguesia brasileira adquirisse força e flexibilidade para adaptar a economia e a sociedade às exigências

13. FLORESTAN, F. - Mudanças sociais no ..., 1979, p. 55

do capitalismo monopolista. "Coerente com sua lógica econômica e política - escreve Florestan Fernandes -, o poder burguês fez da iniciativa privada e de seu sistema um verdadeiro bastião, que protege e une os interesses privados internos e externos (agora associados ao poder público também ao nível econômico). Em nome do 'desenvolvimentismo acelerado', ampliou-se e aprofundou-se, portanto, a incorporação da economia nacional e das estruturas nacionais de poder à economia capitalista mundial e às estruturas capitalistas internacionais de poder".¹⁴

No âmbito externo, a consolidação das bases materiais e políticas do capitalismo monopolista deu à burguesia brasileira o poder de barganha necessário para negociar, com as grandes empresas transnacionais e com as nações hegemônicas, o ritmo e a intensidade de incorporação das estruturas e dos dinamismos difundidos pelo centros hegemônicos do sistema capitalista mundial. Ela conseguia, assim, preservar o controle sobre a matriz espacial e temporal do espaço econômico nacional. Evitava-se, assim, o risco de uma reversão neocolonial. Nas palavras de Florestan Fernandes, "(...) as burguesias 'nacionais' das sociedades de classes dependentes e subdesenvolvidas não socializam para fora todo o seu poder político e, especialmente, (...) não cedem à dominação externa e à imperialização as posições que são estratégicas para o

14. FLORESTAN, F. - A Revolução burguesa ..., 1976, p. 219-220

controle político do desenvolvimento capitalista dependente. Elas aceitam e até incentivam a articulação de interesses burgueses internos e externos, que pareçam refundir o poder burguês ao nível econômico, aumentando, em consequência, a sua flexibilidade e eficácia como fonte de dinamização da dominação burguesa em geral".¹⁵

No plano interno, a desobstrução de qualquer tipo de barreira ao império do dinheiro permitiu que a burguesia assumisse sem hesitação o papel de paladina da civilização capitalista. Ao abandonar a filosofia de "dar tempo ao tempo", de acordo com a qual o processo de modernização deveria ser impulsionado de maneira relativamente espontânea, a burguesia assumiu a responsabilidade pela "aceleração da história", mobilizando todas as energias da sociedade para viabilizar a expansão do capitalismo monopolista. Desde então, ao invés de forçar os segmentos mais "modernos" a compor com os mais "atrasados", passou a ocorrer o contrário: a acomodação dos grupos "atrasados" às exigências dos "modernos". O Brasil entrava definitivamente na era do "(...) 'desenvolvimentismo extremista', a verdadeira moléstia infantil do capitalismo monopolista na periferia".¹⁶

Não obstante a conquista de um certo grau de autonomia relativa e a capacidade de imprimir um elevado dinamismo ao

15. FLORESTAN, F. - Mudanças sociais no ..., 1979, p. 54-55

processo de acumulação, o desenvolvimento do capitalismo monopolista no Brasil revelou-se totalmente incapaz de transcender o *status quo*. De um lado, a persistência de bloqueios extra-econômicos à monopolização do capital e a perpetuação de mecanismos de acumulação primitiva comprometeram o papel criativo da concorrência econômica como mola propulsora da introdução e difusão de progresso técnico. Por essa razão, apesar do aprofundamento da industrialização pesada, o desenvolvimento capitalista continuou sendo um processo induzido de fora para dentro, incompatível com a reprodução de mecanismos de solidariedade orgânica entre as classes sociais. De outro lado, ao tornar o circuito político hermético a qualquer tipo de contestação da ordem, a burguesia brasileira perdeu todo seu potencial reformista. A questão nacional e a questão democrática foram simplesmente deslocadas da vida política nacional. A primeira converteu-se no dilema da preservação da liberdade de ação da burguesia e a segunda, no desafio de garantir a continuidade da "ordem".

A necessidade de compensar a extrema pulverização das classes dominantes e de suprir a sua incapacidade de ação coletiva por intermédio de uma "unidade tática" para a autodefesa da ordem fizeram com que, no momento de ascender ao topo do aparelho de Estado e impor a sua visão de mundo ao país, a burguesia brasileira

se tornasse intrinsecamente antinacional, antisocial e antidemocrática. Transformado em um mero instrumento de controle da sociedade e do espaço geográfico do país, o Estado burguês ficou irremediavelmente comprometido com a defesa dos interesses mesquinhos e particularistas da plutocracia brasileira. É a afirmação do poder burguês como uma contra-revolução permanente que leva Florestan Fernandes a apontar a necessidade de superar o capitalismo dependente como único meio de abrir novas perspectivas para o Brasil.

O "excedente de poder" derivado da força autocrática não é uma característica circunstancial e secundária do Estado burguês no Brasil, mas um requisito indispensável a sua própria sobrevivência, na verdade, o único meio de que as classes burguesas dispõem para controlar os ritmos do desenvolvimento dependente. "Em última instância - diz o autor -, é nesse modelo autocrático de Estado capitalista que acaba residindo a 'liberdade' e a 'capacidade de ação racional' da burguesia dependente. Ele confere às classes e aos estratos de classe burgueses não só os fundamentos da existência e da persistência da dominação e do poder burgueses, depois de atingido um ponto crítico à sobrevivência da sociedade de classes. Mas, ainda, o que é mais importante: ele lhes dá o espaço político de que elas carecem para poder intervir, deliberada e organizadamente, em função de suas potencialidades relativas, no curso histórico da

Revolução Burguesa, atrasando ou adiantando certos ritmos, bem como cindindo ou separando, entre si, seus tempos diferenciados (econômico, social e político). Sem o controle absoluto do poder, que as classes burguesas podem tirar da constituição desse Estado, seria inconcebível pensar-se como elas conseguem apropriar-se, com tamanha segurança, da enorme parte que lhes cabe no excedente econômico nacional, ou ainda, como elas lograram dissociar, quase a seu bel-prazer, democracia, desenvolvimento e revolução nacional”.¹⁷

De acordo com Florestan Fernandes, a burguesia brasileira só foi capaz de consolidar seu padrão de dominação e de adquirir um mínimo de controle sobre o desenvolvimento dependente devido a uma conjuntura histórica muito particular, marcada pela internacionalização da luta de classes e pelo vigoroso dinamismo do processo de industrialização. Enquanto tais condições permanecessem, o capitalismo dependente gozaria de relativa estabilidade.

No plano externo, o poder de negociação da burguesia nativa não pode ser dissociado do fato de que o capital internacional e as grandes potências hegemônicas precisavam de parceiros relativamente fortes no Brasil. As exigências do processo de internacionalização dos mercados internos de espaços econômicos nacionais bem delimitados, protegidos do risco de pressões

17. FLORESTAN, F. - A Revolução burguesa ..., 1976, p. 351-352

nacionalistas e redistributivistas, e a necessidade de zonas de influência que funcionassem como um cinturão de proteção contra a ameaça de revoluções socialistas criavam uma solidariedade entre os interesses burgueses internos e externos na consolidação da revolução burguesa no Brasil. Florestan sintetizou a questão da seguinte forma: "(...) a 'fraqueza' das burguesias submetidas e identificadas com a dominação imperialista é meramente relativa. Quanto mais se aprofunda a transformação capitalista, mais as nações capitalistas centrais e hegemônicas necessitam de 'parceiros sólidos' na periferia dependente e subdesenvolvida - não só de uma burguesia articulada internamente em bases nacionais, mas de uma burguesia bastante forte para saturar todas as funções políticas autodefensivas e repressivas da dominação burguesa. Essa necessidade torna-se ainda mais aguda sob o imperialismo total, inerente ao capitalismo monopolista, já que, depois da Segunda Guerra Mundial, ao entrar numa era de luta pela sobrevivência contra os regimes socialistas, tais nações passaram a depender das burguesias nacionais das nações capitalistas dependentes e subdesenvolvidas para preservar ou consolidar o capitalismo na periferia. As burguesias nacionais dessas nações converteram-se, em conseqüência, em autênticas 'fronteiras internas' e em verdadeiras 'vanguardas políticas' do mundo capitalista (...)"¹⁸

18. FLORESTAN, F. - A Revolução burguesa ..., 1976, p. 293

No plano interno, o expressivo crescimento da economia funcionou como um importante mecanismo de estabilidade da ordem. Ao abrir amplas possibilidades de acomodação dos interesses econômicos divergentes, a elevação do excedente social evitou que o processo de ajuste entre setores modernos e atrasados provocasse disputas fratricidas que pudessem comprometer o monolitismo das classes dominantes. Paralelamente, a expansão dos empregos vinculados às atividades de maior produtividade criou mecanismos de mobilidade social que funcionaram como importante mecanismo de legitimação da ordem junto às classes populares. Ao alimentar o mito do crescimento como solução dos problemas do país, o elevado dinamismo econômico dificultou a generalização da crítica às mazelas do subdesenvolvimento. Nas palavras do autor, "O crescimento econômico, o aumento de empregos, a modernização tecnológica, a elevação progressiva da renda ou dos padrões de consumo etc. só se tornam visíveis através de símbolos internos, que são, além disso, manipulados para ofuscar a consciência crítica das classes oprimidas e ganhar a adesão das classes médias. Ela (a consciência das classes oprimidas) projeta, desse modo a condição burguesa para fora da burguesia e implanta, no coração mesmo de seus inimigos de classe, identificações e lealdades mais ou menos profundas para com o

consumismo, a ordem social competitiva e o Estado 'democrático' e 'nacional'."19

Embora Florestan Fernandes não tenha tido a oportunidade de estudar de maneira sistemática o impacto da nova fase de desenvolvimento do sistema capitalista sobre o Brasil, não lhe passou despercebido o fato de que a globalização tende a solapar os suportes externos e internos do Estado autocrático burguês, deflagrando um processo de reversão neocolonial. Por isso, ele advertiu que a decisão de sancionar as tendências imanadas dos centros hegemônicos, ajustando a economia e a sociedade aos imperativos do grande capital financeiro internacional e aos caprichos da ordem internacional imposta pelos Estados Unidos, provocaria processos desestruturantes que comprometeriam o futuro da sociedade brasileira.

Quando a perversidade da inserção subalterna no processo de globalização dos negócios ainda iludia muita gente, Florestan Fernandes já denunciava com firmeza a natureza ultraregressiva e a lógica de pilhagem do desenvolvimento capitalista em curso. Comparando o ciclo de modernização impulsionado pela liberalização da economia com o que fora impelido pela industrialização por substituição de importações, o autor resumiu a questão nos seguintes termos: "O quarto ciclo de modernização é recente e tende a multiplicar-se, pela falta de

19. FLORESTAN, F. - Mudanças sociais no ..., 1979, 55

mentalidade capitalista autônoma e de responsabilidade cívica das classes dominantes. As exigências de premissas para o desenvolvimento limitam-se às nações centrais e seus blocos econômicos. Desencadeia-se uma modernização de dupla face: produtos sofisticados importados e transferência para fora de fortunas especulativas e bens econômicos. Ao contrário do ciclo anterior, não há necessidade de formação de uma infra-estrutura específica. A reprodução do sistema de produção encerra-se no exterior. O país torna-se mais periférico, combina dependência com múltiplas malhas neocoloniais e sucumbe nas garras de imposições regressivas, das quais resulta o atual pós-moderno. Esperar o quê desse estilo de desenvolvimento capitalista tão devastador?".²⁰

Duas mudanças no regime de classes são suficientes para caracterizar por que, na visão de Florestan Fernandes, a inserção subalterna no processo de globalização dos negócios compromete o futuro do Brasil como projeto civilizatório. De um lado, o novo contexto histórico reduz dramaticamente a autonomia relativa da burguesia brasileira, diminuindo perigosamente sua capacidade de defender o espaço econômico nacional e de negociar os termos de sua inserção na economia. De outro, a desarticulação da industrialização por substituição de importações quebra os

20. FLORESTAN, F. - "Globalização e 'neoliberalismo'", Folha de São Paulo, 26/12/94

mecanismos de mobilidade social, tornando extremamente problemática a legitimidade do regime burguês. Donde o prenúncio de um período de instabilidade econômica e política sem precedente na história do Brasil. "Encontramo-nos em um ciclo final, não em um ponto de partida, embora fim e começo apareçam entrelaçados. Essa vem a ser a reflexão que deve guiar o horizonte intelectual dos trabalhadores e sindicalistas brasileiros. Oprimidos e marginalizados dos centros de decisão do poder, compete-lhes lutar com ardor para impedir que a civilização capitalista dos trópicos se reproduza indefinidamente como o malho que esmaga a cabeça dos pobres. (...) Até o presente, as classes burguesas dominaram as transformações da sociedade e da civilização. Agora, os trabalhadores, com apoio em grupos aliados, precisam recriar o mundo a sua imagem. Ou ceder à barbarização sem precedente de sua existência social".²¹

A decomposição do poder de barganha da burguesia no plano internacional associa-se basicamente a dois fenômenos. Em primeiro lugar, as exigências para participar da globalização - plena liberdade de movimento do capital, liberalização indiscriminada do comércio exterior, equiparação de tratamento entre o capital nacional e estrangeiro, privatização da economia, desregulamentação generalizada da atividade econômica - deixam o país totalmente vulnerável às exigências e às chantagens do

21. FLORESTAN, F. - "O Eclipse do trabalho", Folha de São Paulo, 26/06/95

grande capital financeiro internacional. Em segundo, o colapso da União Soviética e a crise do movimento socialista, ao afastarem a ameaça imediata de projetos políticos alternativos que pudessem questionar a absoluta hegemonia do capitalismo e ao franquearem o espaço para que os Estados Unidos pudessem dar livre curso à sua vocação imperial, deixavam as economias periféricas ao sabor do arbítrio de uma ordem internacional arbitrária e unilateral.

Sem raio de manobra para negociar os termos da dependência, a burguesia brasileira é atropelada pelas transformações irradiadas dos centros capitalistas, o que põe em questão a sua própria sobrevivência como classe dominante. Abre-se, em consequência, uma conjuntura de grande instabilidade social e de crise política latente.

Por um lado, a desarticulação do sistema produtivo nacional, a acelerada desnacionalização da economia e o desmantelamento dos centros internos de decisão ameaçam a posição da burguesia brasileira na sociedade. A dimensão da mudança em curso pode ser avaliada pela rapidez impressionante com que a burguesia brasileira está sendo transformada de sócia privilegiada do capitalismo monopolista em mera intermediária comercial do grande capital financeiro que controla o processo de globalização. A distância entre uma burguesia dependente e uma burguesia compradora pode ser avaliada objetivamente - em termos do grau de instabilidade econômica, social e política que a

hegemonia de cada uma delas representa para o país - pela distância que existe entre um espaço econômico nacional - o horizonte de atuação da primeira - e um simples espaço mercantil - a referência da Segunda. Enfim, a diferença entre a burguesia dependente e a nova burguesia compradora patenteia-se no abismo que existe entre industrialização subdesenvolvida - o objetivo estratégico da primeira - e simples entreposto de negócios - o único interesse da segunda. É a percepção desta diferença que levou Florestan Fernandes a escrever, em um de seus últimos artigos: "A globalização, para o Brasil, tem um sentido de sinal ultranegativo. Extensa parte de nossas classes dominantes experimentará as agruras das velhas burguesias compradoras. O 'neoliberalismo' difunde mitos inferiores aos do 'um mundo só' e da 'aliança para o progresso'. Pregam-se, por isso, fórmulas insensatas como o 'Consenso de Washington'. O intervalo técnico, que separa a economia automatizada e informatizada do sistema produtivo montado sob os desígnios da substituição de importações, possui proporções tão descomunais que não há como conceber tamanho salto econômico-tecnológico fora do âmbito dos antigos 'negócios da China'".²²

Por outro lado, Florestan Fernandes denuncia que os efeitos devastadores da globalização sobre o mundo do trabalho tendem a transformar o país em uma verdadeira panela de pressão. A reversão

22. FLORESTAN, F. - "Globalização e 'neoliberalismo'", Folha de São Paulo,

da tendência à diminuição do subemprego estrutural (que acompanhou o movimento de industrialização), o aparecimento de elevadas taxas de desemprego aberto - um fenômeno inusitado na história moderna do Brasil - e a acelerada precarização do emprego formal liquidam o único fio de esperança que o capitalismo dependente dá às classes subalternas: a expectativa de mobilidade social gerada pelo crescimento econômico. A globalização cria, assim, uma situação paradoxal. Ao mesmo tempo em que o pólo trabalho assiste impotente ao rápido enfraquecimento de suas organizações sindicais e políticas, o pólo capital, que no passado nunca se distinguiu pela capacidade de alimentar seus escravos, tende a enfrentar crescentes dificuldades para iludi-los indefinidamente. Donde a contundente conclusão de Florestan Fernandes: "Com o deslocamento da importância do trabalho para a tecnologia e as tendências ao crescimento rápido da exclusão do trabalhador excedente e do pauperismo, a composição do capital só deixa abertas duas saídas - a revolução social, para os assalariados, e uma autocracia de corte fascista, para os manipuladores do capital e das empresas gigantes".²³

4. A construção interrompida

26/12/94

23. FLORESTAN, F. - "A Utopia possível", Folha de São Paulo, 31/07/95

Celso Furtado vê a formação econômica do Brasil como o processo histórico de constituição das bases técnicas, do substrato social, da matriz espacial, dos "centros internos de decisão" e do projeto ideológico que compõem um sistema econômico nacional. O eixo de sua interpretação articula-se em torno da relação contraditória entre a posição periférica do país no sistema capitalista e o avanço do processo de industrialização - a coluna vertebral de um sistema econômico nacional. Tal contradição materializa-se na impossibilidade de consolidar um mercado interno composto pelo conjunto da população, problema associado à falta de controle sobre os "centros internos de decisão" e à reprodução de "heterogeneidades estruturais" - produtivas, sociais e regionais - que caracterizam as economias subdesenvolvidas.

Na visão de Furtado, a dificuldade para levar a termo a transição de uma economia colonial para uma economia nacional decorre do fato de que, como as rupturas com o passado colonial e com o centro capitalista nunca foram levadas até o fim, o Brasil acabou preso às teias da dependência. Ao subordinar a incorporação de progresso técnico à lógica do processo de modernização dos padrões de consumo - um modelo de desenvolvimento capitalista que coloca a cópia do estilo de vida das economias centrais como objetivo primordial da sociedade -, as classes dominantes condenaram a sociedade ao

subdesenvolvimento. Mesmo assim, o país conseguiu levar o processo de industrialização por substituição ao paroxismo, levando ao limite o contraste entre o elevado grau de desenvolvimento de suas forças produtivas e as péssimas condições de vida do povo. "O que importa assinalar - lembra o autor - é que o estilo de crescimento estabelecido na fase anterior pela modernização impunha certo padrão de industrialização. Para escapar dele seria necessário corrigir a distância entre a penetração da moderna tecnologia no estilo de vida e nos processos produtivos. Mais precisamente, congelar importantes segmentos da demanda de bens finais de consumo e intensificar consideravelmente a acumulação no sistema produtivo. Vale dizer, pôr em andamento um processo político que, pela magnitude dos interesses que contraria, somente se produz no quadro de uma convulsão social. Restava, como linha de facilidade, continuar apoiando-se na modernização, por conseguinte, reproduzindo o subdesenvolvimento".²⁴

A análise de Furtado da evolução histórica responsável pela cristalização do Brasil como uma economia dependente, industrial e subdesenvolvida destaca basicamente cinco aspectos:

(i) O baixíssimo nível econômico que serviu de ponto de partida da jovem nação, fato associado ao primitivismo da economia colonial, ao ultra-elitismo de uma sociedade

²⁴. FURTADO, C. - A Construção ..., 1992, p. 43

escravista, bem como à dispersão e isolamento das regiões que compõem um território pouco povoado e de dimensões continentais;

(ii) O atraso na formação do mercado interno e no aparecimento de "centros internos de decisão" capazes de articular uma política econômica verdadeiramente nacional (o que é relacionado à lentidão com que se deu a emancipação política, a abolição do regime escravo, a generalização do trabalho livre e o aparecimento de elites dominantes capazes de romper com os dogmas do pensamento liberal);

(iii) A ampliação do atraso relativo da economia brasileira quando comparada às economias centrais exatamente no momento em que a revolução industrial era difundida pelos países da Europa ocidental (fenômeno atribuído à longa descontinuidade entre o ciclo de crescimento da economia mineira - que entra em declínio no último quartel do século XVIII - e a integração da economia cafeeira na divisão internacional do trabalho, que só ganha ímpeto à partir de 1870);

(iv) A eclosão tardia da industrialização (fenômeno relacionado à lentidão com que se deu a superação definitiva da economia primário-exportadora, cuja crise final só veio a ocorrer após o colapso da divisão internacional do trabalho em 1929); e, por fim,

(v) A subordinação da industrialização por substituição de importações à lógica do processo de modernização dos padrões de

consumo (fato condicionado pelo modo de utilização do excedente social no período primário-exportadora e sacramentado pelas reformas institucionais do regime militar, cuja essência consiste em ajustar tal processo às exigências das empresas transnacionais).²⁵

Mesmo aprofundando as "heterogeneidades estruturais" e exacerbando a dependência externa, Furtado acredita que a industrialização por substituição de importações teve um papel importante na formação econômica do Brasil, uma vez que o expressivo aumento do excedente social e a internalização da indústria de bens de produção permitiram que a economia funcionasse como um sistema orgânico, conferindo-lhe um surpreendente dinamismo. Ao ampliar as oportunidades de emprego em atividades de elevada produtividade, a expansão das forças produtivas contribui não apenas para viabilizar a legitimação política do "modelo" brasileiro como também para cristalizar a própria unidade nacional. Com efeito, o rápido crescimento do mercado interno daí decorrente desencadeou forças centrípetas

²⁵. Comentando a perversidade do estilo de desenvolvimento que se consolida após o golpe militar, Furtado diz: "Concentrando-se no condicionamento da demanda, esse <<modelo>> consente que a assimilação do progresso tecnológico - introdução de novos processos produtivos e de novos produtos - permaneça sob a direção dos consórcios internacionais, o que permite conciliar as exigências imediatas do crescimento interno com a reprodução das relações externas de dependência. Desta forma se acomodam, num sistema em expansão, as formas de desperdício que a rápida renovação de modelos e produtos engendra nas economias altamente desenvolvidas, com o infraconsumo de grandes massas de população, que é a marca essencial do subdesenvolvimento", FURTADO, C. - Análise do ..., 1972, p. 66

que foram decisivas para estreitar os nexos econômicos entre as diferentes regiões do país e para permitir a plena mobilidade do trabalho no território nacional.

Na visão de Furtado, os efeitos desestruturantes do processo de transnacionalização do capitalismo sobre a economia brasileira modificam radicalmente a relação entre processo de modernização dos padrões de consumo e formação econômica do Brasil. Interrompendo um longo ciclo de expansão das forças produtivas, a desarticulação do processo de industrialização por substituição de importações, que avançava pela linha de menor resistência, ancorada no Estado e impulsionada pelo capital internacional, rompe o último elo que sustentava a construção da nação. Em *Brasil: A construção interrompida*, Furtado - um notório moderado - pinta com cores dramáticas o momento histórico: "Em meio milênio de história, partindo de uma constelação de feitorias, de populações indígenas desgarradas, de escravos transplantados de outro continente, de aventureiros europeus e asiáticos em busca de um destino melhor, chegamos a um povo de extraordinária polivalência cultural, um país sem paralelo pela vastidão territorial e homogeneidade lingüística e religiosa. Mas nos falta a experiência de provas cruciais, como as que conheceram outros povos cuja sobrevivência chegou a estar ameaçada. E nos falta também um verdadeiro conhecimento de nossas possibilidades, e principalmente de nossas debilidades. Mas não

ignoramos que o tempo histórico se acelera, e que a contagem desse tempo se faz contra nós. Trata-se de saber se temos um futuro como nação que conta na construção do devenir humano. Ou se prevalecerão as forças que se empenham em interromper o nosso processo histórico de formação de um Estado-nação".²⁶

De acordo com Furtado, o traço distintivo da ordem internacional emergente é a ruptura das sinergias econômicas e políticas que haviam dado coerência aos regimes de acumulação ancorados nos sistemas econômicos nacionais. A essência do problema reside na impotência do Estado nacional para impor limites à mobilidade do capital e para garantir uma relação construtiva entre acumulação de capital e escassez relativa de mão-de-obra. "Com o avanço da internacionalização dos circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos - explica o autor -, debilitam-se os sistemas econômicos nacionais. As atividades estatais tendem a circunscrever-se às áreas sociais e culturais. Os países marcados por acentuada heterogeneidade cultural e econômica serão submetidos a crescentes pressões desarticuladoras. A contrapartida da internacionalização avassaladora é o afrouxamento dos vínculos de solidariedade histórica que unem, no quadro de certas nacionalidades,

²⁶. FURTADO, C. - A Construção ..., 1992, p. 35

populações marcadas por acentuadas disparidades de nível de vida".²⁷

O impacto assimétrico da transnacionalização do capitalismo sobre as diferentes regiões do globo tende a agravar o hiato que separa as economias centrais das economias periféricas. Em meados da década de setenta, muito antes das mudanças terem alcançado as dimensões hoje conhecidas, Furtado já alertava para os perigos da nova ordem para os países latino-americanos. "A enorme concentração de poder que caracteriza o mundo contemporâneo - poder que se manifesta sob a forma de super-Estados nacionais e ciclópicas empresas transnacionais, uns e outros apoiados em imensos recursos financeiros, no controle da técnica e da informação e em instrumentos de intervenção aberta ou disfarçada em âmbito planetário - coloca a América Latina em posição de flagrante inferioridade, dado o atraso que acumularam as economias da região e as exíguas dimensões dos mercados nacionais".²⁸

Muito mais do que uma ampliação do atraso relativo das economias periféricas na incorporação de progresso técnico, para Furtado, a "nova dependência" põe em xeque a capacidade das economias periféricas de subordinarem o rumo das transformações capitalistas aos desígnios da sociedade nacional. Em consequência, a contradição entre dependência e desenvolvimento

²⁷. FURTADO, C. - Globalização das ..., 1992, p. 57

nacional torna-se aguda. "A atrofia dos mecanismos de comando dos sistemas econômicos nacionais - afirma o autor - não é outra coisa senão a prevalência de estruturas de decisões transnacionais, voltadas para a planetarização dos circuitos de decisões. A questão maior que se coloca diz respeito ao futuro das áreas em que o processo de formação do Estado nacional se interrompe precocemente, isto é, quando ainda não se há realizado a homogeneização nos níveis de produtividade e nas técnicas produtivas que caracterizam as regiões desenvolvidas".²⁹

A armadilha da dívida externa e a estreita integração no sistema monetário internacional reforçam a dependência financeira das economias periféricas, deixando-as perigosamente vulneráveis às pressões oriundas da comunidade financeira internacional. Ao exigir uma forte especialização da economia em setores onde o país possua vantagens comparativas, as políticas de ajustamento impostas pelos organismos financeiros internacionais levam a uma inserção hierarquizada na divisão internacional do trabalho que solapa a posição do mercado interno como centro dinâmico da economia periférica.

Se isso não bastasse, a intensificação do processo de difusão de valores do centro capitalista exacerba a dependência cultural. Os avanços nas áreas de comunicações e transporte levam ao paroxismo a tendência das classes mais favorecidas de copiar

²⁸. FURTADO, C. - Prefácio a ..., 1976, p. 136

os padrões de consumo e os estilos de vida das economias desenvolvidas. A sacralização do mercado como princípio organizador da sociedade paralisa os centros nacionais de decisão, questionando a própria noção de espaço econômico nacional.³⁰

Não passa desapercibido a Furtado o fato de que a dimensão continental do território nacional, o seu imenso contingente populacional, a presença de fortes heterogeneidades econômicas, sociais e regionais, bem como a existência de um imenso parque industrial sem condições de acompanhar os índices de produtividade das economias centrais tornam a economia brasileira particularmente vulnerável aos efeitos desestruturantes da ordem internacional emergente. "Em um país ainda em formação, como é o Brasil, a predominância da lógica das empresas transnacionais na ordenação das atividades econômicas conduzirá quase que necessariamente a tensões interregionais, à exacerbação de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como projeto nacional".³¹

²⁹. FURTADO, C. - A Construção ..., 1992, p. 24

³⁰. "O que está em jogo - afirma o autor ao enfatizar a urgência de uma crítica ao neoliberalismo - é mais do que um problema de desmistificação ideológica. Temos que interrogar-nos se os povos da Periferia vão desempenhar um papel central na construção da própria história, ou se permanecerão como espectadores enquanto o processo de transnacionalização define o lugar que a cada um cabe ocupar na imensa engrenagem que promete ser a economia globalizada do futuro", FURTADO, C. - Prefácio a ..., 1976, p. 132

³¹. FURTADO, C. - A Construção ..., 1992, p. 35

Na perspectiva de Furtado, a elevada vulnerabilidade do Brasil ao novo contexto histórico decorre fundamentalmente da incapacidade estrutural da indústria brasileira de enfrentar a concorrência internacional. Voltada essencialmente para o atendimento de um mercado interno que possui uma renda média por habitante muito inferior à existente nos países desenvolvidos, o parque produtivo instalado no país, salvo raras exceções, não tem a menor condição de aproveitar a abertura externa para elevar a produtividade do sistema produtivo como um todo por intermédio da diversificação de produto e do aumento das escalas de produção. Mesmo que existisse a disposição de modernizar o parque produtivo, seria totalmente irrealista imaginar que a indústria brasileira pudesse alcançar os padrões internacionais de produtividade, pois, como a tecnologia de ponta exige investimentos de alta intensidade de capital, o esforço de poupança necessário para a modernização do conjunto da economia seria muito superior às possibilidades materiais do país. E ainda que se lograsse um aumento espetacular da taxa de poupança, a economia brasileira não teria condições de acompanhar os ritmos do processo de inovação das economias centrais, pois, dada a brutal assimetria no nível de renda per-capita - pelo menos cinco vezes inferior aos existentes nas economias centrais -, há uma desproporção insuperável no volume de recursos que estes dois tipos de sociedade podem alocar em pesquisa e tecnologia.

Como o acesso ao progresso técnico de última geração não pode ser generalizado pelo conjunto do sistema econômico, Furtado chama a atenção para o fato de que uma política voluntarista de modernização da indústria só agravaria a heterogeneidade da estrutura produtiva. "Algumas indústrias - pondera Furtado - poderão apresentar elevada produtividade física e econômica, equiparando-se aos padrões internacionais. Contudo, como elevada produtividade significa fortes investimentos por pessoa ocupada (...), a existência de indústrias de tecnologia de vanguarda e padrões internacionais tem como contrapartida a presença de amplos segmentos de atividade industrial colocados bem abaixo desses padrões. Desta forma, pode haver indústrias tecnologicamente equiparadas para a competição internacional, mas o sistema industrial, como um todo, não o é".³²

Para Furtado, a impossibilidade de conciliar inserção especializada na divisão internacional do trabalho e continuidade do processo de industrialização - impossibilidade derivada da absoluta falta de condições de aumentar a competitividade dinâmica do conjunto do sistema industrial - significa que o ajuste da economia brasileira às imposições da ordem global ameaça a sobrevivência do sistema produtivo articulado nacionalmente. De um lado, a eliminação das indústrias de bens de capital - exatamente aquelas que apresentam maior grau

³². FURTADO, C. - A Nova ..., 1985, p. 83

de obsolescência quando comparada aos padrões internacionais - desarticula os elos estratégicos que permitiam que a indústria funcionasse como o pólo dinâmico da economia. De outro, ao sancionar os processos que levam a uma integração hierarquizada no sistema produtivo mundial, o ajuste às exigências das empresas transnacionais implica especialização da economia brasileira em setores de baixo conteúdo tecnológico, cuja competitividade internacional depende da superexploração da força de trabalho e da degradação do meio ambiente.

Do ponto de vista de Furtado, a desarticulação do sistema econômico nacional ameaça a construção da nação porque o comprometimento do mercado interno como centro dinâmico do crescimento e a desarticulação do processo de industrialização expõem o Brasil a forças centrífugas que tendem a segmentar o espaço econômico nacional entre regiões que conseguem uma inserção virtuosa na divisão internacional do trabalho - verdadeiras "ilhas de prosperidade" que procuram aumentar seu grau de autonomia - e regiões que, seja pela desestruturação de sua base produtiva seja pela sua marginalização do comércio internacional, tendem a ser desarticuladas em partes estanques, vivendo fechadas sobre si mesmas. O novo contexto histórico solaparia, assim, as dinâmicas econômica e política que cimentavam a unidade nacional. De um lado, a concorrência predatória pela atração de investimentos estimularia a guerra

fiscal entre as regiões e incentivaria o aparecimento de sonhos autonomistas. De outro, a ruptura dos mecanismos de mobilidade social que sustentavam as correntes migratórias criaria um ambiente propício ao aparecimento de processos ativos de segregação social. Comparando o atual contexto histórico com o do período de industrialização por substituição de importações, o autor diz: "A regionalização dos interesses políticos, que se manifesta tão fortemente por todas as partes, foi contida no passado, em seus efeitos centrífugos, pelo exercício de um poder hegemônico regional, o qual foi substituído pela interdependência dos interesses econômicos, que emergiu com a formação de um sistema nacional. Ter acesso a um mercado mais amplo ou poder deslocar-se territorialmente em busca de emprego são fatores que emprestaram um conteúdo real à idéia de unidade nacional. Mas se a lógica dos interesses é dinamitada pelas conexões internacionais, e os interesses corporativos se organizam para dificultar a mobilidade da mão-de-obra, os vínculos de solidariedade entre as regiões terão necessariamente que se debilitar".³³

³³. FURTADO, C. - A construção..., 1992, p. 33. "Tratando-se de uma economia subdesenvolvida - o autor acrescenta -, a exaustão dos efeitos de sinergia provocada pela integração internacional indiscriminada terá necessariamente resultados mais amplos no plano social. É de esperar que o espírito corporativo se exacerbe com a contração do mercado de trabalho e que, em consequência, se caminhe para uma redução, de forma disfarçada, da mobilidade geográfica da mão-de-obra. Havendo solidariedade entre patrões e empregados que dificulte o acesso a segmentos privilegiados do mercado de trabalho, os reflexos no plano político virão sem demora, compartimentando-se regionalmente os interesses

Furtado atribui o surpreendente imobilismo da sociedade brasileira frente aos processos desagregadores da globalização à herança da ditadura militar. O problema reside no impacto perverso do "modelo brasileiro" - cuja essência consiste em subordinar o estilo de crescimento da economia às exigências das empresas transnacionais - sobre os centros internos de decisão e sobre o substrato social da economia. Sua análise destaca o impacto particularmente negativo da perda de controle do Estado sobre os mecanismos de apropriação e utilização do excedente social, relacionados com o padrão de financiamento instituído logo após o golpe militar para viabilizar o "milagre econômico", aprofundado na segunda metade dos anos setenta pelo voluntarismo megalomaniaco do II PND e levado à exaustão na década de oitenta com a crise da dívida externa.

A crescente internacionalização do sistema monetário-financeiro brasileiro e a extrema precariedade dos mecanismos de financiamento público e privado, ao estimular um processo descontrolado de endividamento externo e interno que acabaria provocando uma vigorosa espiral de preços, geraram um desgaste irreversível dos "meios de ação" e uma progressiva perda de autonomia do Estado face aos grupos econômicos internos e externos. Discutindo a natureza da crise inflacionária recente, Furtado não se perdeu em aspectos instrumentais: "Ninguém ignora

envolvidos. É a gestação de conflitos regionais cujo alcance conhecemos da

que a inflação é um simples sintoma, a manifestação externa de desarticulação, desajustamento ou descontrole de uma economia. Mas uma inflação da magnitude da nossa é sintoma inequívoco de completo desgoverno. O que é preciso corrigir é esse desgoverno, o qual não se explica sem o desgaste completo dos instrumentos de política econômica. As autoridades responsáveis já não têm meios para aplicar uma política monetária, controlar a liquidez, disciplinar o custo do dinheiro, fiscalizar as instituições financeiras, definir uma política de câmbio etc, etc. Permitiu-se uma excessiva abertura financeira que restringiu consideravelmente a autonomia de decisão das autoridades brasileiras. E, na medida em que estas se foram immobilizando, instalou-se um clima propício a toda forma de aventureirismo".³⁴

O crescimento exponencial da dívida externa, sem que houvesse como contrapartida um aumento proporcional na capacidade de transferência de recursos reais ao exterior, significava que se estava hipotecando o futuro do país. A paralisia dos "centros internos de decisão", após a crise de estrangulamento cambial gerada pela interrupção dos fluxos de empréstimos dos bancos privados internacionais no início da década de oitenta, prenunciava que a hipoteca seria cobrada da pior maneira. Pois, a falta de instrumentos e de rumo para formular política econômica deixava o país à mercê da comunidade

história trágica dos povos", FURTADO, C. - A Construção ..., 1992, p. 33

financeira internacional. Escrevendo no início da década de oitenta, o autor deixa claro o que estava em jogo: "O Brasil vive atualmente uma fase de sua história similar à dos anos 90 do século passado quando, sob a pressão de desequilíbrios financeiros externos, renunciou a ter uma política de industrialização e acomodou-se na situação de economia exportadora de produtos primários e importadora de manufaturas. Perderam-se, em consequência, quarenta anos e a fisionomia do País foi marcada de forma indelével".³⁵

A incapacidade de reverter o imobilismo da política econômica na Nova República e a capitulação às determinações do Consenso de Washington na década de noventa não podem ser dissociadas das graves seqüelas do "modelo brasileiro" sobre as estruturas sociais. A mudança crucial consiste no extraordinário fortalecimento de estratos de classes médias e altas, o que aprofundava o mimetismo cultural, tornando muito mais difícil a reversibilidade do processo de modernização sem rupturas traumáticas para a sociedade. Se isso não bastasse, a desnacionalização da economia brasileira e sua maior integração na economia mundial geraram laços de solidariedade com a comunidade financeira internacional incompatíveis com a articulação de uma estratégia nacional para o enfrentamento da globalização. O autor faz um balanço sombrio do período

³⁴. FURTADO, C. - Não à recessão e ..., 1983, p. 15-16

autoritário: "Durante muitos anos fomos vítimas de políticas marcadamente anti-sociais, que contribuíram para agravar malformações que nos vêm do passado. As desigualdades sociais se aprofundaram, a massa dos excluídos cresceu ao mesmo tempo que se instalava a classe média na ilusão de uma prosperidade sem limites. Agora descobrimos que também fomos vítimas de uma série de engodos, que o País foi hipotecado a banqueiros estrangeiros e que foram assinados acordos com instituições financeiras internacionais que implicam derrogações de nossa soberania".³⁶

Antes que a sociedade brasileira tivesse tido a oportunidade de se recompor do longo pesadelo autoritário e dos contratemplos do atrabiliário Collor de Mello, a reintegração do Brasil nos fluxos de capitais internacionais, ao viabilizar a estabilização da inflação e a liberalização acelerada da economia, deu fôlego ao ajuste propugnado pela comunidade internacional, abrindo caminho para uma nova rodada de modernização dos padrões de consumo. Preocupado com os efeitos deletérios do aprofundamento do "modelo brasileiro", no início da década de noventa, Furtado advertiu enfaticamente que a adesão aos estilos de vida da era global exacerbaria as taras do subdesenvolvimento, tornando o futuro do Brasil bastante incerto. A absoluta impossibilidade de conciliar modernização dos padrões de consumo e industrialização subdesenvolvida deixava o povo brasileiro em uma perigosa

³⁵. FURTADO, C. - A Nova ..., 1982, p. 63

encruzilhada histórica. “Na lógica da ordem econômica internacional emergente - escreveu o autor - parece ser relativamente modesta a taxa de crescimento que corresponde ao Brasil. Sendo assim, o processo de formação de um sistema econômico já não se inscreve naturalmente em nosso destino nacional. O desafio que se coloca à presente geração é, portanto, duplo: o de reformar as estruturas anacrônicas que pesam sobre a sociedade e comprometem sua estabilidade, e o de resistir às forças que operam no sentido de desarticulação de nosso sistema econômico, ameaçando a unidade nacional”.³⁷

Mas não houve mudança de curso. Ao aprofundar a adaptação subalterna da economia brasileira às tendências do processo de globalização, a coalizão modernista-conservadora liderada por Fernando Henrique Cardoso está transformando em realidade o terrível vaticínio de Furtado: “A ofensiva que visa a vacinar a nova geração contra todo pensamento social que não seja inspirado na lógica dos mercados - portanto, vazio de visão histórica - já convenceu a grande maioria da inocuidade de toda tentativa de resistência. Interrompida a construção de um sistema econômico nacional, o papel dos líderes atuais seria o de liquidatários do projeto de desenvolvimento que cimentou a unidade do país e nos abriu uma grande opção histórica”.³⁸

³⁶. FURTADO, C. - Não à recessão e ..., 1983, p. 9

³⁷. FURTADO, C. - A Construção ..., 1992, p. 13

³⁸. FURTADO, C. - A Construção ..., 1992, p. 9

5. Uma agenda para o Brasil

As interpretações examinadas confluem para a idéia de que o processo de formação do Brasil se encontra em um perigoso impasse. A visão de que a continuidade da dependência externa está provocando uma perigosa reversão neocolonial é tanto mais grave porque perfeitamente condizente com o que se observa no dia-a-dia da sociedade. Recusando o conformismo de quem pensa que o Brasil não tem outra escolha senão aceitar, docilmente, as tendências espontâneas do sistema capitalista mundial, bem como o escapismo de quem se recusa a pensar alternativas que transcendam os marcos do *status quo*, as reflexões de Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado apontam para a urgência de uma ruptura com a situação atual.

A abertura de novos horizontes históricos exige que se coloque na ordem do dia a superação das três principais mazelas da sociedade brasileira: (i) o caráter dependente de seu sistema econômico - uma forma de organização da vida material que deixa o país sujeito às vicissitudes das finanças internacionais; (ii) a natureza extremamente assimétrica das estruturas sociais - um padrão de estratificação social que cria um abismo entre os brasileiros; e (iii) o pesado fardo do colonialismo cultural que

impede a generalização dos benefícios da civilização pelo conjunto do povo - uma concepção de mundo estreita, que transforma a cópia dos estilos de vida das economias centrais na prioridade absoluta a orientar a organização da economia e da sociedade.

Bibliografia:

- BRAUDEL, F. Le Temps du monde. In: _____ - Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVe-XVIIIe siècle. Paris: Armand Colin. 1979. T.3
- FERNANDES, F. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1975
- _____ A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976
- _____ Mudança social no Brasil. Rio de Janeiro: Difel. 1979
- _____ A Nova república. Rio de Janeiro: Zahar, 1985
- FURTADO, C. Análise do "modelo brasileiro". Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972
- _____ Prefácio a nova economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976
- _____ O Brasil pós-milagre. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1981
- _____ A Nova dependência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982
- _____ Não à recessão e ao desemprego. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983
- _____ A Construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992
- _____ "Globalização das estruturas econômicas e identidade nacional". In: Estudos Avançados 6(16), 1992
- PRADO JR., C. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1942
- _____ História econômica do Brasil (1945). São Paulo: Brasiliense, 1970
- _____ A Revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1966